

Declaração de Impacte Ambiental

Designação do projeto	Nova Caldeira a Biomassa da Navigator Pulp Figueira
Fase em que se encontra o projeto	Estudo Prévio
Tipologia do projeto	Anexo II, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
Enquadramento no regime jurídico de AIA	Artigo 1.º, n.º 4, alínea b), subalínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
Localização (freguesia e concelho)	Complexo Industrial da Figueira da Foz da Navigator, freguesias de Marinha das Ondas e de Lavos, concelho da Figueira da Foz
Identificação das áreas sensíveis	Não são afetadas áreas sensíveis definidas nos termos do disposto na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
Proponente	Navigator Pulp Figueira
Entidade licenciadora	Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI)
Autoridade de AIA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Descrição sumária do projeto	<p>O projeto insere-se no Complexo Industrial da Figueira da Foz (CIFF) e diz respeito à construção e exploração de uma nova caldeira a biomassa a instalar na fábrica de pasta da Navigator Pulp Figueira.</p> <p>A nova caldeira a biomassa terá uma potência térmica de 131 MW e irá produzir vapor de alta pressão numa caldeira de leito fluidizado para alimentação aos grupos turbogeradores TG1 a TG4 para cogeração de energia térmica e elétrica, substituindo a caldeira a biomassa existente, a caldeira a óleo, atualmente a queimar gás natural, e os turbogeradores da central de cogeração da Navigator Paper Figueira, que ficarão em reserva.</p> <p>Nas condições nominais, a nova caldeira será capaz de produzir 150 t/h de vapor a 92 bar e a uma temperatura média de 490º C.</p> <p>O combustível a utilizar será a casca de eucalipto produzida internamente no processo de preparação da madeira, os rejeitados da crivagem da pasta crua, as lamas primárias do tratamento de efluentes e, ainda, biomassa florestal residual, adquirida no exterior, com um consumo previsto de 20 kg/s.</p> <p>Em situações de arranque e paragem da instalação será utilizado gás natural como combustível.</p> <p>A biomassa florestal inclui material proveniente de espécies florestais como o</p>
-------------------------------------	---



eucalipto, pinheiro bravo e manso, sobreiro, azinheira, acácias, carvalhos, outras folhosas e outras resinosas, sem outra utilização que não seja a queima, incluindo a biomassa residual de exploração e manutenção florestal e cepos, numa disponibilidade líquida, para a área geográfica relevante para o CIFF, de cerca de 193 000 t/ano, de acordo com o EIA.

A caldeira irá dispor, ainda, de três queimadores auxiliares a gás natural, com a potência térmica de 3 x 15 MW, a utilizar em situações de arranque e paragem, bem como de quatro queimadores auxiliares de 30 MW de potência unitária, também a gás natural, que poderão ser utilizados quando o teor de humidade da biomassa for muito elevado. Os queimadores de gás natural serão de baixa emissão de NOx.

A tecnologia de leito fluidizado baseia-se na criação de um leito de partículas sólidas suspensas, obtido a partir da insuflação de ar primário através do material, neste caso areia, que assenta sobre o fundo da fornalha. Conseguem-se assim manter as partículas sólidas do leito em suspensão, através de uma corrente gasosa ascendente, pelo que a mistura se comporta como um fluido.

O leito é mantido a temperaturas controladas, entre 800 – 900 °C, através da recirculação dos gases de combustão que regulam o teor de oxigénio na fornalha.

Associada à instalação da nova caldeira de vapor a biomassa, a alojar no edifício existente da antiga caldeira de recuperação, prevê-se a implementação das seguintes unidades físicas e funcionais:

- Novo silo de armazenagem de biomassa com capacidade útil de 15 000 m³ e linha de transferência/interligação com a existente;
- Sistemas auxiliares da caldeira (água de alimentação, água de compensação, circuitos de água/vapor, condicionamento químico, injeção de ar);
- Exaustão de gases e sistemas de tratamento (injeção de amónia e cal hidratada e filtro de mangas);
- Sistema de recolha e armazenagem de cinzas e escórias;
- Sistema interno de ar comprimido;
- Redes internas de água e esgotos;
- Sala de comando e controlo;
- Salas dos quadros elétricos.

No que se refere ao novo sistema de preparação de biomassa, este será ligado à linha de transporte existente, que será prolongado, em cerca de 50 m, para alimentação aos silos diários de biomassa da nova caldeira.

A ampliação consiste na instalação de uma nova linha de receção,



	<p>preparação, armazenagem e transferência de biomassa. Esta linha, em caso de necessidade, também poderá receber casca proveniente da linha existente, que se manterá em funcionamento.</p> <p>O abastecimento de água ao CIFF é atualmente efetuado a partir de uma tomada de água no rio Mondego, não estando prevista a necessidade de efetuar alterações no sistema de captação e transporte de água, para além das condutas internas de interligação à nova caldeira a biomassa.</p> <p>As águas residuais da nova caldeira a biomassa serão ligadas diretamente à rede de águas residuais do CIFF, seguindo para a respetiva ETAR, a qual tem capacidade suficiente para comportar e depurar essas águas residuais, pelo que não serão necessárias infraestruturas específicas para o efeito. As águas pluviais da nova área a impermeabilizar serão igualmente ligadas as redes existentes do CIFF.</p> <p>A gestão dos resíduos processuais da nova caldeira a biomassa será integrada no sistema de gestão existente, o qual está preparado para responder às novas solicitações.</p> <p>A fase de construção e de montagens terá a duração de cerca de 20 meses, contemplado em média cerca de 70 trabalhadores, podendo atingir no seu pico cerca de 250 trabalhadores. Os estaleiros de apoio à obra serão localizados dentro das instalações do CIFF, junto às respetivas áreas de construção, com uma ocupação total de cerca de 10 000 m².</p> <p>A nova caldeira a biomassa terá uma vida útil previsível de 25 anos, após o que será avaliada a necessidade de proceder à sua reabilitação ou ao seu desmantelamento.</p>
<p>Síntese do procedimento</p>	<p>Dando cumprimento ao regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), nomeadamente o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, a Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI), na qualidade de entidade coordenadora do licenciamento do estabelecimento industrial, no âmbito do SIR, onde se insere o projeto, remeteu à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para sujeição a AIA o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo ao projeto da “Nova Caldeira a Biomassa da Navigator Pulp Figueira”, em fase de estudo prévio.</p> <p>O projeto foi enquadrado no regime jurídico de AIA nos termos da subalínea i), da alínea b), do n.º 4, artigo 1.º do referido diploma, não sendo diretamente afetadas áreas definidas como sensíveis ao abrigo do disposto no seu artigo 2.º.</p> <p>Ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro,</p>

a APA, na qualidade de autoridade de AIA, nomeou, a 19 de julho de 2018, a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída por representantes da própria APA, da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), do IAPMEI e do Instituto Superior de Agronomia/Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves (ISA/CEANB).

A metodologia adotada pela CA para a apreciação técnica do EIA contemplou as seguintes etapas:

- Análise da conformidade do EIA – solicitação, no âmbito da avaliação da conformidade do EIA, de elementos adicionais para os seguintes capítulos/fatores ambientais: introdução e descrição do projeto; solos, socioeconomia, ordenamento do território, qualidade do ar/emissões atmosféricas, recursos hídricos, ambiente sonoro e reformulação do resumo não técnico.
- Análise do aditamento, remetido pelo proponente.
- Declaração da conformidade do EIA, a 03 de outubro de 2018 e solicitação de elementos complementares quanto aos recursos hídricos e ambiente sonoro.
- Promoção, pela APA, de um período de consulta pública que decorreu durante 30 dias úteis, de 11 de outubro a 22 de novembro de 2018. As exposições recebidas durante este período encontram-se descritas no Relatório de Consulta Pública.
- Solicitação de pareceres externos às seguintes entidades: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Administração Regional de Saúde do Centro (ARS Centro), Divisão de Resíduos Setoriais do Departamento de Resíduos (APA/DRES.DRS), Divisão da Prevenção e Pós Avaliação do Departamento de Avaliação Ambiental (APA/DAIA.DPP) e Divisão de Gestão do Ar e Ruído do Departamento de Gestão Ambiental (APA/DGA.DGAR). Os pareceres recebidos encontram-se incluídos em anexo ao parecer da CA.
- Realização de uma visita ao local do projeto no dia 15 de novembro de 2018, na qual estiveram presentes representantes da CA, do proponente e do consultor. Na sequência da reunião preliminar à visita, identificou-se a necessidade de serem prestados esclarecimentos complementares pelo proponente relativamente à análise de risco.
- Solicitação de esclarecimentos adicionais no que se refere aos recursos hídricos no dia 30 de novembro de 2018, análise da resposta transmitida e incorporação no parecer técnico da CA.
- Realização de reuniões parciais entre elementos da CA e análise técnica

	<p>do EIA, com o objetivo de avaliar o projeto, os seus potenciais impactos e a possibilidade dos mesmos serem minimizados/potenciados, bem como os programas de monitorização propostos. A apreciação dos fatores ambientais foi efetuada de acordo com os pareceres emitidos pelas entidades que constituem a CA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do parecer técnico final da CA tendo em consideração os aspetos acima mencionados. • Preparação da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendo em consideração o Parecer da CA e o Relatório da Consulta Pública. • Promoção de um período de audiência de interessados, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo. • Prescindido o proponente da totalidade do período disponível para pronúncia em sede de audiência de interessados e sem que tivessem sido apresentadas alegações sobre a proposta de DIA, foi emitida a presente decisão.
--	--

<p>Síntese dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas</p>	<p>Foram recebidos os seguintes contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal da Figueira da Foz: informa que após análise dos documentos disponíveis nos seus serviços, nada tem a corrigir ou acrescentar. • Direção-Geral de Energia e Geologia: refere esta entidade que, segundo o EIA, o projeto não prevê proceder a alterações na arquitetura do sistema de produção de energia elétrica, ou seja, na potência elétrica instalada nos equipamentos licenciados por esta entidade, pelo que refere ainda que nada obsta sobre o referido projeto de instalação da caldeira da biomassa. • APA/Divisão da Prevenção e Pós Avaliação do Departamento de Avaliação Ambiental: dado o tema em questão e o caráter técnico da informação transmitida neste parecer, optou-se por proceder à elaboração de um capítulo independente, no parecer técnico final da CA, relativo à análise de risco, no qual se incluiu a informação em questão. • APA/Divisão de Gestão do Ar e Ruído do Departamento de Gestão Ambiental: o conteúdo da informação técnica transmitida neste parecer foi incluído num capítulo independente relativo às emissões gasosas.
--	--

**Síntese do resultado da
consulta pública e sua
consideração na decisão**

A consulta pública decorreu durante 30 dias úteis, de 11 de outubro a 22 de novembro de 2018, tendo sido recebidas, neste âmbito, sete exposições com a seguinte proveniência:

- Administração Regional de Saúde do Centro IP - ACES do Baixo Mondego;
- Turismo de Portugal, IP;
- Gabinete do Estado Maior da Força Área (EMFA);
- Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC);
- Direção Geral do Território (DGT);
- Dois Cidadãos.

Síntese dos resultados da Consulta Pública

A Administração Regional de Saúde do Centro IP - ACES do Baixo Mondego transmite que o seu parecer é favorável relativamente às condições higio-sanitárias e de saúde pública na construção da nova caldeira de biomassa uma vez que foram salvaguardados os riscos para a saúde dos trabalhadores assim como do aglomerado populacional.

O Turismo de Portugal, IP considera que este projeto não tem impactes que conflituam com as atividades turísticas existentes no concelho da Figueira da Foz. Alerta para a efetivação das medidas preventivas de minimização dos impactes gerados e dos planos de monitorização previstos.

O EMFA informa que o projeto em questão não se encontra abrangido por qualquer servidão de unidades afetas à Força Aérea.

A ANAC refere que na área de implantação do projeto não existem servidões aeronáuticas ou infraestruturas aeronáuticas. Transmite ainda que através da análise da informação existente, a “Verificação da Altura Chaminé Principal”, será maior ou igual a 72,4 m. Deste modo, deverá ser levado em consideração o disposto na Circular Aeronáutica - CIA 10/03, de 6 de maio – Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea.

A DGT informa que dentro do limite da área de intenção do projeto não existem vértices geodésicos da Rede Geodésica Nacional (RGN), nem marcas de nivelamento da Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP).

Refere ainda que o seu parecer é desfavorável até que as questões relacionadas com a cartografia (não respeita o estipulado no n.º 4 do artigo 2.º e no n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro) e os limites administrativos (no âmbito da Carta Oficial de Portugal) estejam solucionados.

	<p>Um cidadão que apresenta comentários refere que a empresa não devia ter licença para operar em Portugal pela poluição que causa nos rios.</p> <p>Um outro cidadão refere que o Estudo de Impacte Ambiental não avalia o principal resíduo gerado por uma caldeira a biomassa, questionando qual o destino final das cinzas geradas pela queima e da areia utilizada no leito da caldeira, nomeadamente se irá para aterro, para valorização ou se haverá outra solução.</p> <p>Por outro lado, enaltece a utilização de biomassa florestal residual, por ser um recurso endógeno, natural e renovável que contribui para uma exploração florestal mais responsável, com a diminuição dos riscos de incêndio.</p> <p><u>Consideração dos resultados da Consulta Pública na decisão</u></p> <p>Relativamente às questões apresentadas por um dos cidadãos, nomeadamente quanto ao destino final das cinzas geradas pela queima e da areia utilizada no leito da caldeira, refira-se que, de acordo com informação constante do EIA, as cinzas volantes transportadas nos gases de combustão serão removidas em filtro de mangas, a instalar, com separador de partículas grosseiras à cabeça. Os gases após passarem no filtro de mangas são enviados para a chaminé principal, existente, com 91 m de altura.</p> <p>Quanto às cinzas de fundo, constituídas basicamente por areia, escórias e inqueimados, são removidas da fornalha através de nove tremonhas com sistemas de extração por parafusos indiretamente arrefecidos a água. Em seguida estes materiais são crivados para separação da areia, que é recirculada para a fornalha. A fração rejeitada é armazenada em contentor com a capacidade de 10 m³, para posterior valorização no exterior. Por sua vez, as cinzas volantes, que se depositam nas segunda e terceira passagens dos gases na caldeira, são encaminhadas para o sistema de remoção das cinzas de fundo.</p> <p>Acresce que a gestão dos resíduos processuais da nova caldeira a biomassa será integrada no sistema de gestão existente, o qual está preparado para responder às novas solicitações.</p>
--	---

<p>Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes</p>	<p>Para a área em análise vigora o Plano Diretor Municipal (PDM) da Figueira da Foz, cuja 1.ª revisão foi aprovada e publicada através do Aviso n.º 10633/2017, no Diário da República n.º 179, 2.ª Série, de 15 de setembro, com a 1.ª alteração, por adaptação, publicada através do Aviso n.º 1729/2018, de 7 de fevereiro.</p> <p>De acordo com a Planta de Ordenamento – classificação e qualificação do solo, o projeto situa-se em solo urbano – espaços de atividades económicas, sendo-lhe aplicáveis, para além das disposições gerais do solo urbano, os artigos 101.º, 102.º e 103.º do regulamento do PDM da Figueira da Foz.</p>
---	--

	<p>De acordo com informação prestada no aditamento ao EIA, verifica-se o seguinte relativamente ao cumprimento das disposições acima referidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A instalação da nova caldeira a biomassa enquadra-se no conceito de estabelecimento industrial, conforme o n.º 1 do artigo 102.º; • O índice de utilização cifra-se em 0,11, ficando aquém do limite máximo estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 103.º; • O índice de impermeabilização situa-se nos 36,4 %, dentro do limite máximo de 80 % estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 103.º; • A altura das edificações propostas excede os 15 m previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 103.º, situação justificada pelo proponente face à necessidade de cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais dos equipamentos e sistemas a instalar no seu interior; • As edificações propostas cumprem com os afastamentos mínimos ao limite da parcela definidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 103.º (edifício da nova caldeira > 650 m e do novo silo > 165m); • Verifica-se o cumprimento do estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 103.º, uma vez que todas as áreas não cobertas ou pavimentadas têm um revestimento vegetal adequado às funções para que estão destinadas, quer seja de barreira visual, de proteção contra a erosão hídrica/eólica, quer seja ainda de lazer ou enquadramento paisagístico. <p>Por outro lado, na carta de condicionantes – servidões, a zona industrial é afetada por feixe radioelétrico. Contudo, as novas edificações serão implantadas fora da respetiva zona de servidão.</p> <p>Na carta da Reserva Ecológica Nacional (REN), o perímetro do CIFF abrange parcialmente áreas de REN, na tipologia “dunas costeiras”, sendo que o projeto não afetará áreas com essa classificação.</p> <p>O Projeto não se insere em solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN).</p> <p>De acordo com a carta militar (1:25 000) não se verifica a presença de qualquer linha de água na zona do projeto.</p> <p>O projeto não se insere em áreas protegidas.</p>
--	--

<p>Razões de facto e de direito que justificam a decisão</p>	<p>O presente projeto insere-se no Complexo Industrial da Figueira da Foz (CIFF), localizado nas freguesias de Marinha das Ondas e de Lavos, do concelho da Figueira da Foz e diz respeito à construção e exploração de uma nova caldeira a biomassa a instalar na fábrica de pasta da Navigator Pulp Figueira.</p> <p>A nova caldeira a biomassa terá uma potência térmica de 131 MW e irá produzir vapor de alta pressão numa caldeira de leito fluidizado para alimentação aos grupos turbogeradores TG1 a TG4 para cogeração de energia</p>
---	---



térmica e elétrica, substituindo a caldeira a biomassa existente, a caldeira a óleo, atualmente a queimar gás natural, e os turbogeradores da central de cogeração da Navigator Paper Figueira, que ficarão em reserva.

Nas condições nominais, a nova caldeira será capaz de produzir 150 t/h de vapor a 92 bar e a uma temperatura média de 490° C.

O combustível a utilizar será a casca de eucalipto produzida internamente no processo de preparação da madeira, os rejeitados da crivagem da pasta crua, as lamas primárias do tratamento de efluentes e, ainda, biomassa florestal residual, adquirida no exterior, com um consumo previsto de 20 kg/s.

Associada a instalação da nova caldeira de vapor a biomassa, a alojar no edifício existente da antiga caldeira de recuperação, prevê-se ainda a implementação de um novo silo de armazenagem de biomassa com capacidade útil de 15 000 m³ e linha de transferência/interligação com a existente, em cerca de 50 m, para alimentação aos silos diários de biomassa da nova caldeira.

A fase de construção e de montagens terá a duração de cerca de 20 meses, contemplado em média cerca de 70 trabalhadores, os estaleiros de apoio à obra serão localizados dentro das instalações do CIFF, junto às respetivas áreas de construção, com uma ocupação total de cerca de 10 000 m².

Tendo em consideração as características do projeto e do local de implantação, bem como a avaliação efetuada ao nível dos vários fatores ambientais, o conteúdo dos pareceres externos solicitados e os resultados da consulta pública, há a referir, no que se refere aos solos, que se considera apropriada a localização do projeto, dada a ocupação atual, uso e previsão de uso por via do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz e a ausência de potencialidades agrícolas dos solos. Acresce o facto dos impactes ambientais identificados para este fator ambiental serem reduzidos tanto na fase de construção como na fase de exploração, assumindo uma abrangência local, pelo que a este nível, o projeto reúne condições para a sua viabilização, condicionada à implementação de um conjunto de medidas de minimização.

Da análise efetuada aos recursos hídricos, considera-se que apesar do projeto poder induzir impactes negativos, os mesmos esperam-se pouco significativos e passíveis de serem minimizados.

Deverão contudo ser obtidos os novos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) relativos às descargas dos efluentes tratados no CIFF (em fase de tramitação), devendo ainda ser cumpridas as medidas de minimização previstas na presente decisão.

Considera-se ainda relevante que, em sede de Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE), seja solicitada a apresentação de uma planta de implantação, a escala adequada, das infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais e residuais



associadas ao projeto, com a indicação dos respetivos pontos de ligação às infraestruturas do CIFF.

Do ponto de vista patrimonial, verifica-se que a área de implantação do projeto corresponde a uma zona onde já está instalada uma unidade fabril, e onde ocorreu já uma grande intervenção no solo que em alguns casos está impermeabilizado. Perante este facto e a ausência de vestígios arqueológicos ou de outros elementos patrimoniais, não se prefiguram quaisquer impactes sobre o património, quer na fase de construção, quer na fase de exploração.

No que respeita às emissões gasosas, em concreto quanto ao dimensionamento da chaminé, considera-se adequada a altura existente, não havendo necessidade de reavaliação na medida em que a nova caldeira a biomassa é tecnológica e ambientalmente mais eficiente, a estrutura atual cumpre com as normas de tomas de amostragem e de descarga para a atmosfera e não existem planos de melhoria da qualidade do ar em curso na zona onde se insere o projeto.

Relativamente à socioeconomia, o projeto reúne condições de viabilização, considerando que na fase de construção os impactes positivos decorrentes da dinâmica das atividades económicas, emprego, entre outros, poderão ter uma componente local/regional mais acentuada. Na fase de exploração, a componente regional/nacional assume preponderância, com os decorrentes ganhos estratégicos e estruturantes refletidos na economia, na prevenção dos incêndios florestais e na redução da emissão de gases com efeitos de estufa (também cumulativos). Acresce o facto de se considerar igualmente prevista capacidade da EN109 em integrar a carga derivada do tráfego associado ao projeto.

Quanto ao ambiente sonoro, e uma vez que, no decurso das avaliações acústicas efetuadas em alguns recetores sensíveis situados na proximidade da unidade industrial, foram detetados resultados não conformes com o critério de incomodidade estabelecido no Regulamento Geral de Ruído, considera-se necessário, a apresentação de um estudo técnico detalhado relativo às medidas de redução de ruído a adotar, consubstanciado na respetiva quantificação da eficácia de cada medida e da avaliação final do cumprimento dos valores limite do Regulamento Geral de Ruído nos recetores sensíveis atualmente sobre-expostos a ruído devido ao funcionamento da Navigator, em sede de RECAPE.

Em termos paisagísticos, não são expectáveis impactes negativos significativos, durante a fase de construção, ao nível estrutural/funcional e visual, considerando-se os mesmos como locais, reversíveis, temporários, de baixa magnitude e pouco significativos. Quanto à fase de exploração, considera-se não haver impactes, estruturais/funcionais e visuais, dignos de registo decorrentes do funcionamento do equipamento.

O impacte visual em ambas as fases do projeto será fundamentalmente



sentido pelos trabalhadores afetos à área industrial.

Do ponto de vista do ordenamento do território, verifica-se que o projeto é compatível com as disposições do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz no que respeita aos espaços de atividades económicas, não afetando servidões, condicionantes, linhas de água e áreas classificadas, pelo que se considera reunir condições para a sua viabilização.

Verifica-se, igualmente, que para os vários aspetos ambientais o projeto da nova caldeira a biomassa da Navigator Pulp Figueira prevê a devida implementação de Melhores Técnicas Disponíveis (MTD), identificadas no documento de referência no âmbito da Diretiva de Emissões Industriais, nomeadamente nas Conclusões sobre as MTD para as grandes instalações de combustão, nos termos da Diretiva 2010/75/EU do Parlamento Europeu e do Conselho (Decisão de Execução (UE) 2017/1442 da Comissão, publicada a 17.08.2017).

No que se refere à análise de risco, conclui-se que o projeto da nova caldeira a biomassa não constitui uma «alteração substancial» na aceção do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto. No que respeita, designadamente, à utilização da solução de amónia, o risco de contaminação dos solos e dos recursos hídricos é reduzido, tendo em consideração as medidas existentes e previstas que se consideram adequadas.

No que diz respeito aos pareceres solicitados a entidades externas, verifica-se que as pronúncias recebidas neste âmbito nada obstem à concretização do projeto.

No âmbito da consulta pública foram recebidos sete contributos, salientando-se o parecer da Direção-Geral do Território que refere que o seu parecer é desfavorável até que as questões relacionadas com a cartografia (não respeita o estipulado no n.º 4 do artigo 2.º e no n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro) e os limites administrativos (no âmbito da Carta Oficial de Portugal) estejam solucionados.

A ANAC refere que deverá ser levado em consideração o disposto na Circular Aeronáutica - CIA 10/03, de 6 de maio – Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea.

Igualmente um cidadão refere que o Estudo de Impacte Ambiental não avalia o principal resíduo gerado por uma caldeira a biomassa, questionando qual o destino final das cinzas geradas pela queima e da areia utilizada no leito da caldeira. Por outro lado, enaltece a utilização de biomassa florestal residual, por ser um recurso endógeno, natural e renovável que contribui para uma exploração florestal mais responsável, com a diminuição dos riscos de incêndio.

No que se refere ao destino final das cinzas geradas pela queima e da areia utilizada no leito da caldeira, verifica-se que, de acordo com informação

	<p>constante do EIA, as cinzas volantes transportadas nos gases de combustão serão removidas em filtro de mangas, a instalar, com separador de partículas grosseiras à cabeça. Os gases após passarem no filtro de mangas são enviados para a chaminé principal, existente, com 91 m de altura.</p> <p>Quanto às cinzas de fundo, constituídas basicamente por areia, escórias e inqueimados, são removidas da fornalha através de nove tremonhas com sistemas de extração por parafusos indiretamente arrefecidos a água. Em seguida estes materiais são crivados para separação da areia, que é recirculada para a fornalha. A fração rejeitada é armazenada em contentor com a capacidade de 10 m³, para posterior valorização no exterior. Por sua vez, as cinzas volantes, que se depositam nas segunda e terceira passagens dos gases na caldeira, são encaminhadas para o sistema de remoção das cinzas de fundo.</p> <p>Acresce que a gestão dos resíduos processuais da nova caldeira a biomassa será integrada no sistema de gestão existente, o qual está preparado para responder às novas solicitações.</p> <p>Face ao exposto, considerando os impactes positivos identificados e tendo em conta que os impactes negativos acima referidos são, na sua generalidade, suscetíveis de serem evitados ou minimizados, emite-se decisão favorável, condicionada ao cumprimento dos termos e condições impostas no presente documento.</p>
--	--

Decisão
Favorável Condicionada

Elementos a apresentar à autoridade de AIA para aprovação em fase de projeto de execução (RECAPE)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Planta de implantação, a escala adequada, das infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais e residuais associadas ao projeto, com a indicação dos respetivos pontos de ligação às infraestruturas do CIFF. 2. Estudo técnico detalhado relativo às medidas de redução de ruído a adotar, consubstanciado na respetiva quantificação da eficácia de cada medida e da avaliação final do cumprimento dos valores limite do Regulamento Geral de Ruído nos recetores sensíveis atualmente sobre-expostos a ruído devido ao funcionamento da Navigator. 3. Projeto de Integração Paisagística do novo silo considerando o seguinte: <ol style="list-style-type: none"> a) Documento autónomo, na qualidade de Projeto de Execução com as peças escritas e desenhadas adequadas à sua execução; b) Deve incluir Plano/Cronograma de Manutenção;

- c) A área a considerar deve abranger a área afeta ao novo e ao antigo silo, em torno de ambos ou apenas em parte, e nas áreas degradadas adjacentes a nascente destes;
 - d) Com recurso apenas a espécies autóctones, de árvores e arbustos;
 - e) Reduzir as áreas a impermeabilizar ao estritamente necessário;
 - f) Nas áreas não impermeabilizadas optar pela colocação de materiais inertes e/ou por prado sequeiro natural com eventual colocação pontual de arbustos;
 - g) A proposta e a localização dos elementos vegetais deve potenciar a criação e manutenção de melhores condições ambientais (temperatura, radiação, exposição solar, sombra, humidade, vento, poeiras, etc.) e de saúde, homoganeamente distribuídas, capazes de oferecer melhores níveis de conforto bioclimático em toda a área que seja considerada.
4. Plano de combate às espécies exóticas invasoras a aplicar durante a fase de construção e de exploração para uma área a definir pelo Proponente, onde conste o seguinte:
- a) As diversas medidas de controlo, fundamentalmente físicas, de acordo com as técnicas mais eficazes para cada uma das espécies em presença, com foco na eliminação do período de floração.
 - b) Estratégias de plantação de espécies autóctones como forma de reduzir o potencial de germinação, rebentação, de desenvolvimento e de crescimento das espécies em presença, nos locais onde se efetive o presente combate.
 - c) Soluções de aproveitamento da biomassa resultante da sua eliminação, se aplicável.

Medidas de minimização/potenciação/compensação

Todas as medidas de minimização dirigidas às fases prévias e de execução da obra devem constar no respetivo caderno de encargos da empreitada e nos contratos de adjudicação que venham a ser produzidos pelo proponente, para efeitos da execução do projeto.

Fase de construção

Medidas gerais

1. Proceder à divulgação do programa de execução das obras às populações interessadas, designadamente à população residente nas freguesias de Marinha das Ondas e de Lavos, onde se localiza o projeto. A informação disponibilizada deve incluir o objetivo, a natureza, a localização da obra, as principais ações a realizar, respetiva calendarização e eventuais afetações à população, designadamente em relação às acessibilidades, serviços e ocupações do subsolo, entre as principais.
2. Implementar um mecanismo de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas e atendimento de eventuais reclamações.
3. Elaborar um Plano de Gestão Ambiental (PGA), constituído pelo planeamento de todas as atividades construtivas e pela identificação e pormenorização das medidas de minimização a implementar na fase da execução das obras e respetiva calendarização.
4. O PGA deverá incluir o Plano de Obra, o Plano de Gestão de Efluentes, o Plano de Gestão de Resíduos, o Plano de Acessibilidades, e o Plano de Desativação de Estaleiro e Áreas Afetas à Obra, para além de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) das obras. O PGA deve ser elaborado pelo dono da obra e

integrado no processo de concurso da empreitada ou poderá ser elaborado pelo empreiteiro antes do início da execução da obra, desde que previamente sujeito à aprovação pelo promotor do projeto. As cláusulas técnicas ambientais constantes do PGA comprometem o empreiteiro e o dono da obra a executar todas as medidas de minimização identificadas, de acordo com o planeamento previsto.

5. Todas as atividades construtivas devem ser estritamente limitadas às áreas de intervenção.
6. Os produtos de escavação que não possam ser aproveitados, ou em excesso, devem ser armazenados em locais com características adequadas para depósito.
7. Caso se verifique a existência de materiais de escavação com vestígios de contaminação, estes devem ser armazenados em locais que evitem a contaminação dos solos e das águas subterrâneas, por infiltração ou escoamento das águas pluviais, até poderem ser encaminhados para destino final adequado.
8. Durante o armazenamento temporário de terras ou outros materiais pulverulentos, deve efetuar-se a sua proteção com coberturas impermeáveis. As pilhas devem ter uma altura que garanta a sua estabilidade.
9. Caso haja necessidade de levar a depósito terras sobrantes ou recorrer a terras de empréstimo, a seleção dos locais a intervir deve considerar as condicionantes da planta de ordenamento e as restrições da planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz.
10. Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder ao local da obra, incluindo os locais de depósito e de empréstimo de terras. Na situação em apreço serão utilizados os acessos atuais ao ClIFF, pelo que não se prevê a necessidade de abertura de novos acessos ou melhoramento dos existentes.
11. Garantir a limpeza regular dos acessos e da área afeta à obra, de forma a evitar a acumulação e ressuspensão de poeiras, quer por ação do vento, quer por ação da circulação de veículos e de equipamentos de obra.
12. Realizar a manutenção e revisão periódicas de todos os veículos e maquinaria de apoio à obra, de forma a evitar situações de deficiente combustão e, conseqüentemente, de emissões excessivas de gases e matéria particulada.
13. Otimizar o funcionamento de todos os veículos e maquinaria de apoio à obra que operem ao ar livre, de modo a reduzir, na fonte, a poluição do ar.
14. Promover, quando necessário, a aspersão regular e controlada de água nas zonas de trabalho, nos acessos utilizados pelos diversos veículos e pilhas de inertes.
15. Realizar a limpeza regular das áreas afetadas à obra, para evitar a acumulação e ressuspensão de poeiras.
16. Efetuar o transporte de terras e de resíduos de construção e de demolição e, em geral de quaisquer materiais pulverulentos, em contentores fechados e cobertos, de forma a evitar a emissão de poeiras.
17. O movimento das máquinas e viaturas, fora da zona de obra, deverá ser previamente planeado e organizado, de forma a minimizar os níveis de incomodidade junto dos locais mais sensíveis, afastando aquele tráfego dos aglomerados urbanos.
18. Os resíduos produzidos na obra ou no estaleiro serão recolhidos seletivamente em frações compatíveis com o destino final ambientalmente mais adequado, devendo ser acondicionados e armazenados de

acordo com as boas práticas recomendáveis neste domínio, e mantidos em boas condições, de forma a não se degradarem nem se misturarem com resíduos de natureza distinta.

19. Os resíduos urbanos e equiparáveis serão armazenados junto às áreas sociais onde são gerados, em contentores especificamente destinados para o efeito, devendo ser promovida a separação das frações recicláveis e o seu envio para os correspondentes circuitos de gestão.
20. Os locais de armazenagem dos resíduos não perigosos e perigosos ou de quaisquer outros resíduos suscetíveis de gerar efluentes contaminados pela ação da percolação das águas pluviais serão cobertos, com zonas diferenciadas para os diferentes tipos de resíduos e armazenados em recipientes adequados. O pavimento será impermeabilizado e disporá de rede de drenagem independente, com tanque de retenção de eventuais derrames, para posterior condução a tratamento. Os locais deverão ser de acesso condicionado.
21. As zonas destinadas ao abastecimento e/ou trasfega de combustíveis e óleos lubrificantes, onde possam ocorrer derrames de hidrocarbonetos, serão pavimentadas, dotadas de rede de drenagem independente, com sistema de retenção, para posterior condução a tratamento.
22. Os locais de armazenagem de resíduos serão inspecionados diariamente para verificação das condições de armazenagem.
23. Manter um registo atualizado das quantidades de resíduos gerados e respetivos destinos finais, com base nas guias de acompanhamento de resíduos.
24. Interditar a descarga no ambiente de substâncias indesejáveis ou perigosas (óleos, lubrificantes combustíveis, produtos químicos e outros materiais residuais da obra).
25. Em caso de ocorrência de derrames de uma qualquer substância (tanto nas operações de manuseamento, como de armazenagem ou transporte), deverá ser assegurada a limpeza imediata da zona. No caso de derrames de óleos, novos ou usados, deverá recorrer-se a produtos absorventes, sendo a zona isolada e o acesso unicamente permitido aos trabalhadores incumbidos da limpeza do produto derramado.
26. Deverá ser implementado um sistema de drenagem de todas as águas pluviais, residuais domésticas e industriais das áreas de estaleiro, com ligação às correspondentes redes de drenagem do Complexo Industrial da Figueira da Foz.
27. Proceder à desativação da área afeta aos trabalhos para a execução da obra, com a desmontagem dos estaleiros e remoção de todos os equipamentos, maquinaria de apoio, depósitos de materiais, entre outros, assegurando a limpeza e reposição das condições previamente existentes (nível de compactação, drenagem natural e coberto vegetal protetor contra a erosão), incluindo as áreas envolventes eventualmente afetadas.

Paisagem

28. O projeto de iluminação exterior não deve considerar soluções que conduzam a um excesso de iluminação artificial, com vista a minimizar a poluição luminosa. O equipamento a propor deve assegurar a existência de difusores de vidro plano, fonte de luz oculta e feixe vertical de luz de forma a assegurar a redução da iluminação intrusiva. Devem ser apresentadas as soluções a adotar.

29. Na conceção do silo, adotar cores e materiais, com baixa refletância;
30. O material vegetal proveniente do corte de espécies vegetais exóticas invasoras deve ser separado do restante e levado a destino final, devendo ser evitado o corte em fase de produção de semente.
31. As terras de áreas, onde seja identificada a presença de espécies exóticas invasoras, que venham a ser objeto de decapagem, devem ser completamente separadas da restante terra vegetal e levadas a depósito próprio de forma a não permitir a sua disseminação. Não devendo por isso ser reutilizadas como terra vegetal em qualquer tipo de recuperação de áreas intervencionadas.
32. Em caso de ser necessário utilizar terras de empréstimo, deverá ser dada atenção especial à sua origem, não devendo ser provenientes em caso algum, de áreas ocupadas por plantas exóticas invasoras, para que as mesmas não alterem a ecologia local e introduzam plantas invasoras.

Património

33. Acompanhamento arqueológico de todas operações que impliquem revolvimento do solo, sejam decapagens, terraplanagens, escavações, abertura de caboucos ou outras. Este acompanhamento deverá ser executado de forma contínua, estando o número de arqueólogos em presença dependente do número de frentes de trabalho simultâneas e da distância entre elas, de forma a garantir um acompanhamento arqueológico adequado.
34. Prospeção arqueológica prévia dos estaleiros e de todas as unidades de projeto localizadas fora da área estudada. Todas as ocorrências patrimoniais e arqueológicas eventualmente detetadas deverão ser alvo de medidas de minimização preconizadas pelo arqueólogo responsável do acompanhamento.
35. O arqueólogo responsável pelo acompanhamento deverá preconizar e justificar as medidas de minimização que se venham a revelar necessárias na sequência do surgimento de novos dados no decurso da obra para proteger e/ou valorizar elementos de reconhecido interesse patrimonial.

Fase de Exploração

Recursos hídricos

36. Efetuar um rigoroso controlo dos sistemas de abastecimento e armazenagem de água, com o objetivo de reduzir ao mínimo possível perdas por fugas.
37. Sensibilizar os trabalhadores para a vigilância e reporte de eventuais perdas, bem como para a adoção de práticas que permitam a racionalização dos consumos de água nas diversas atividades desenvolvidas no CIFF.
38. Avaliar a possibilidade de reaproveitamento da água das purgas da nova caldeira a biomassa em usos compatíveis, tendo em vista a eficiência da utilização da água no estabelecimento, concorrendo assim para cumprimento das metas preconizadas no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 no setor industrial;
39. No âmbito do projeto de execução da nova caldeira a biomassa, prever os circuitos da água de purgas da caldeira de modo a se poder proceder ao seu reaproveitamento;
40. Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos no solo deve proceder-se à recolha do solo contaminado e ao seu encaminhamento para destino final adequado.
41. Implementar as melhores técnicas disponíveis (MTD) aplicáveis à unidade, dispostas nos Documentos

de Referência sobre Melhores Técnicas Disponíveis (BREF);

42. Encaminhar todas as águas residuais e pluviais eventualmente contaminadas para tratamento na ETAR;

43. O armazenamento de produtos químicos e de resíduos líquidos perigosos deve ser efetuado sobre bacia de retenção impermeabilizada e devidamente dimensionada para o efeito, para que em caso de derrame o mesmo seja devidamente contido e encaminhado para destino final adequado;

44. Efetuar o controlo do consumo de água subterrânea (medição e registo), conforme previsto no respetivo Título de Utilização dos Recursos Hídricos;

45. Garantir a estanquidade das diferentes redes de drenagem, bem como uma exploração e manutenção cuidada das mesmas, por forma a manter um nível elevado de eficiência.

Socioeconomia

46. Deverá, sempre que possível, recorrer-se à mão-de-obra local e promover as ações de formação necessárias ao adequado desempenho das funções requeridas.

47. Deverá ser minimizada a produção de resíduos e providenciados os meios necessários à sua recolha seletiva e armazenagem temporária, quer nas áreas industriais, quer nas áreas sociais (ecopontos), privilegiando a sua valorização face à deposição em aterro.

48. Promover a comunicação aberta e eficaz com a população, assegurando o envolvimento ativo e construtivo por parte dos diferentes grupos-alvo.

Fase de Desativação

49. Tendo em conta o horizonte de tempo de vida útil do projeto e a dificuldade de prever as condições ambientais locais e instrumentos de gestão territorial e legais então em vigor, deverá o promotor, no último ano de exploração do projeto, apresentar a solução futura de ocupação da área de implantação. Assim, deverá ser apresentado um plano de desativação pormenorizado contemplando nomeadamente:

- Solução final de requalificação da área de implantação do projeto, a qual deverá ser compatível com o direito de propriedade, os instrumentos de gestão territorial e com o quadro legal então em vigor;
- Ações de desmantelamento e obra a ter lugar;
- Destino a dar a todos os elementos retirados;
- Definição das soluções de acessos ou outros elementos a permanecer no terreno;
- Plano de recuperação final de todas as áreas afetadas.

50. De forma geral, todas as ações deverão obedecer às diretrizes e condições identificadas no momento da aprovação do projeto, sendo complementadas com o conhecimento e imperativos legais que forem aplicáveis no momento da sua elaboração.

51. A fase desativação deverá ter o respetivo acompanhamento arqueológico.

Planos de monitorização/accompanhamento ambiental/outros

Ambiente sonoro

Introdução

O Plano de Monitorização do ambiente sonoro pretende validar os pressupostos e resultados da avaliação e a conformidade legal com os níveis sonoros e de incomodidade máximos exigíveis nos recetores localizados na envolvente da central a biomassa, nas fases de construção e exploração.

Tendo em conta os objetivos preconizados, o Plano de Monitorização deverá:

- Permitir avaliar e confirmar a eficácia das medidas de minimização dos impactes negativos previstos;
- Detetar a existência de situações anómalas face aos limites estabelecidos na legislação em vigor;
- Equacionar a necessidade de implementar outras medidas e ações corretivas;
- Obter informações adicionais, a serem utilizadas posteriormente na reavaliação dos impactes e na redefinição das medidas minimizadoras propostas, se necessário.

O Plano de Monitorização, que se apresenta de seguida, identifica os locais de monitorização, a frequência de amostragem, os meios necessários, entre outros elementos, que permitem a avaliação do ruído ambiente, na envolvente do projeto, nas suas fases de construção e de exploração.

Parâmetros a monitorizar

Fase de construção

Durante a fase de construção, a monitorização consistirá na medição *in situ*, junto dos recetores sensíveis, dos valores do nível sonoro equivalente (LAeq) no período entardecer (20h00 - 23h00) e noturno (23h00 - 07h00)), definidos no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, durante as atividades consideradas mais ruidosas e caso estas estejam enquadradas por uma Licença Especial de Ruído com duração superior a um mês, com vista a avaliar o cumprimento dos limites definidos no n.º 5 do artigo 15.º do mesmo diploma.

Fase de exploração

Com vista a determinar o critério de incomodidade e o critério de exposição máxima, definidos no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, as campanhas de monitorização a realizar, na fase de exploração, consistirão na medição *in situ* dos valores do nível sonoro equivalente (LAeq) residual (na ausência do ruído resultante das atividades de exploração) e ambiental (com as atividades a decorrer), nos três períodos de referência (diurno (07h00 - 20h00), entardecer (20h00 - 23h00) e noturno (23h00 - 07h00)), com posterior cálculo do indicador de referência Lden.

Locais de amostragem

Os locais onde deverão ser efetuadas as monitorizações correspondem aos recetores sensíveis avaliados na caracterização da Situação de Referência, como assinalado na Figura VI.1 do EIA.

No caso da ocorrência de reclamações por parte de outros recetores na envolvente, o plano de monitorização deverá abranger esses pontos, de modo a avaliar a influência do projeto nesses locais.

Frequência de amostragem

Fase de construção

A verificação dos níveis sonoros emitidos durante a fase de construção deverá ser realizada durante as atividades consideradas mais ruidosas, nomeadamente nas intervenções nos elementos edificados (escavações e construções), caso estas se desenvolvam nos períodos entardecer e noturno com uma duração superior a 30 dias.

Fase de exploração

Após realização de uma campanha representativa de um ano, na sequência da entrada em funcionamento da nova caldeira a biomassa, é considerada suficiente a realização de campanhas de medição de ruído ambiental sempre que ocorrerem alterações significativas na instalação ou na sua envolvente que possam ter implicações ao nível do ambiente sonoro.

No caso da ocorrência de reclamações por parte das populações vizinhas, deverá promover-se uma campanha de avaliação do ambiente sonoro nos pontos de conflito e uma revisão do presente plano, se justificável.

Deverá ser assegurada a representatividade das amostragens, do período de laboração de um ano, para a avaliação do critério de exposição, e do mês mais crítico do ano, para o critério de incomodidade.

Técnicas, Métodos de Análise e Equipamentos Necessários

As monitorizações serão efetuadas através de medições *in situ*, que corresponderão a uma medição direta por amostragem no espaço e discreta no tempo.

A equipa responsável pela monitorização deverá ser composta por técnicos devidamente capacitados e experientes, sendo que, conforme definido no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, a entidade responsável pela monitorização deverá ser acreditada no âmbito do Sistema Português da Qualidade.

A monitorização do ambiente sonoro será efetuada seguindo o método descrito nas normas portuguesas aplicáveis, designadamente NP ISO 1996-1:2011 e NP ISO 1996-2: 2011.

Durante a realização das medições serão efetuadas contagens de tráfego (número de veículos ligeiros e pesados), bem como o levantamento de outras fontes de ruído em atividade no momento das medições.

Os equipamentos usados nas monitorizações deverão ser do tipo Sonómetro Integrador de Classe 1, aprovados pelo Instituto Português da Qualidade e calibrados por Laboratório Primário de Acústica.

O tratamento dos dados deverá ser efetuado com o maior rigor e de forma expedita, tendo por base a normalização aplicável, de modo a proporcionar resultados fiáveis, credíveis e correlacionáveis com as características que se pretendem observar.

O tratamento dos dados deverá também fornecer resultados que potenciem a obtenção de conclusões sustentadas e, se necessário, definir medidas corretivas e/ou complementares.

Tipo de medidas de gestão ambiental a adotar na sequência dos resultados dos programas de monitorização

Caso se verifique que os resultados obtidos na monitorização não estão em conformidade com os limites legais definidos, deverão ser equacionadas medidas de minimização complementares, assim como a

revisão do programa de monitorização.

Periodicidade dos relatórios de monitorização e critérios para a decisão sobre a revisão do programa de monitorização

Após cada campanha de monitorização (até 30 dias), será elaborado um Relatório de Monitorização de acordo com a estrutura apresentada na Portaria n.º 395/2015, de 4 de Novembro.

O Plano de Monitorização poderá ser revisto, no sentido de uma maior ou menor abrangência, em função dos resultados obtidos nas campanhas de medição e descritos nos Relatórios de Monitorização.

Entidade de verificação da DIA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
---------------------------------------	--------------------------------------

Data de emissão	14/01/2019
------------------------	------------

Validade da DIA	Nos termos do n.º 3 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a presente DIA caduca se, decorridos quatro anos a contar da presente data, não tiver sido apresentado à autoridade de AIA o respetivo RECAPE e solicitada a verificação da conformidade ambiental do projeto de execução.
------------------------	--

Assinatura	O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I.P. (Nuno Lacasta)
-------------------	---